



Estatuto da Juventude passa em primeira comissão no Senado

Após três horas de debate, relatório foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, garantindo meia-entrada para estudantes em espetáculos culturais, de lazer e esportivos, além de duas vagas grátis em veículos de transporte intermunicipal e interestadual para pobres de até 29 anos

Parecer de Randolfe Rodrigues ao projeto do Estatuto da Juventude segue agora, com emendas, para a Comissão de Assuntos Sociais. Discussão mais acirrada aconteceu

em relação à exclusividade na emissão das carteiras estudantis por determinadas entidades, como UNE e Ubes.

Demóstenes Torres abriu mão de apresentar

seu voto em separado após apelo do presidente da CCJ, Eunício Oliveira, mas pretende voltar a discutir suas divergências nas outras comissões por onde o projeto ainda precisa passar. **3**



Pedro França/Senado Federal



Pedro França/Senado Federal

Integrantes do movimento estudantil comemoram no Senado a aprovação do projeto. Eunício Oliveira presidiu a audiência em que Randolfe Rodrigues acatou emendas, mas manteve questões como a faixa etária de cobertura do estatuto, que inclui pessoas entre 15 e 29 anos

Empresas podem ficar livres do ponto eletrônico 7

Cortes no Orçamento repercutem no plenário 8

José Cruz/Senado Federal



Comissão aprova recondução de Figueiredo à direção da ANTT

Vários senadores apresentaram demandas sobre rodovias e ferrovias em seus estados. **5**

Bernardo Figueiredo (E), com Lúcia Vânia e Blairo Maggi, é sabatinado na Comissão de Infraestrutura

Exame anual para motorista que tem atenção reduzida 4

Luz acesa pode ser obrigatória nas estradas, mesmo de dia 4



Reprodução/www.truth.com.br

No Canadá, carros trafegam de luz acesa mesmo durante o dia: pesquisa indicou melhora na visualização

Medida provisória determina repasse de R\$ 1,95 bi aos estados, DF e municípios exportadores para compensar perdas resultantes da Lei Kandir. Votações devem ser retomadas após o feriado de Carnaval

MP sobre exportações tranca pauta do Plenário

ATÉ O DIA 28 de fevereiro não estão previstas sessões de votação no Plenário do Senado. Nesta semana, apesar de ritmo intenso nas comissões, também não houve deliberação de projetos de lei em Plenário, já que a pauta está travada pelo Projeto de Lei de Conversão (PLV) 1/12. Proveniente da Medida Provisória (MP) 546/11, o texto visa fomentar as exportações.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), estima que a votação deverá ocorrer na semana seguinte à do Carnaval.

— Vamos esperar o relatório do senador Clésio Andrade (PR-MG) e votar, provavelmente, na quarta-feira [dia 29] — previu.

Editada em 29 de setembro de 2011, a MP determina repasse de R\$ 1,95 bilhão aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios exportadores. O repasse já ocorreu nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano passado, para compensar perdas resultantes da isenção do ICMS a produtos exportados, prevista pela Lei Kandir. O prazo para votação

vai até 8 de março. Depois, o texto perde a vigência.

Também há expectativa para votar a recondução de Bernardo Figueiredo à direção-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A indicação foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), mas deverá ser apreciada em Plenário somente na semana seguinte à do feriado. Os pareceres sobre autoridades podem ser votados mesmo com a pauta travada porque são de competência privativa do Senado.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Oposição precisa ser construtiva, sempre a favor do país, diz Jayme

Jayme Campos assume liderança do bloco da Minoria

Jayme Campos (DEM-MT) anunciou ontem, em pronunciamento, ter sido escolhido o novo líder do bloco parlamentar da Minoria. Ele disse que é uma “honrosa incumbência”.

Para o senador, o bom exercício da função requer sobriedade, equilíbrio, flexibilidade, paciência, renúncia ao preconceito e ao radicalismo, virtudes que, na sua opinião, levam ao entendimento.

— Sempre em defesa do povo e da nação, acima das conveniências individuais, ideológicas ou de alinhamentos partidários — disse.

Jayme mencionou o papel da oposição consciente, que, segundo ele, precisa ser construtiva, baseada na crítica fundamentada e com respeito aos princípios da ética e da razão. Isso para ajudar o Executivo rumo ao desenvolvimento inclusivo, sem incitar sectarismos nem compactuar com o aparelhamento do Estado.



José Cruz/Senado Federal

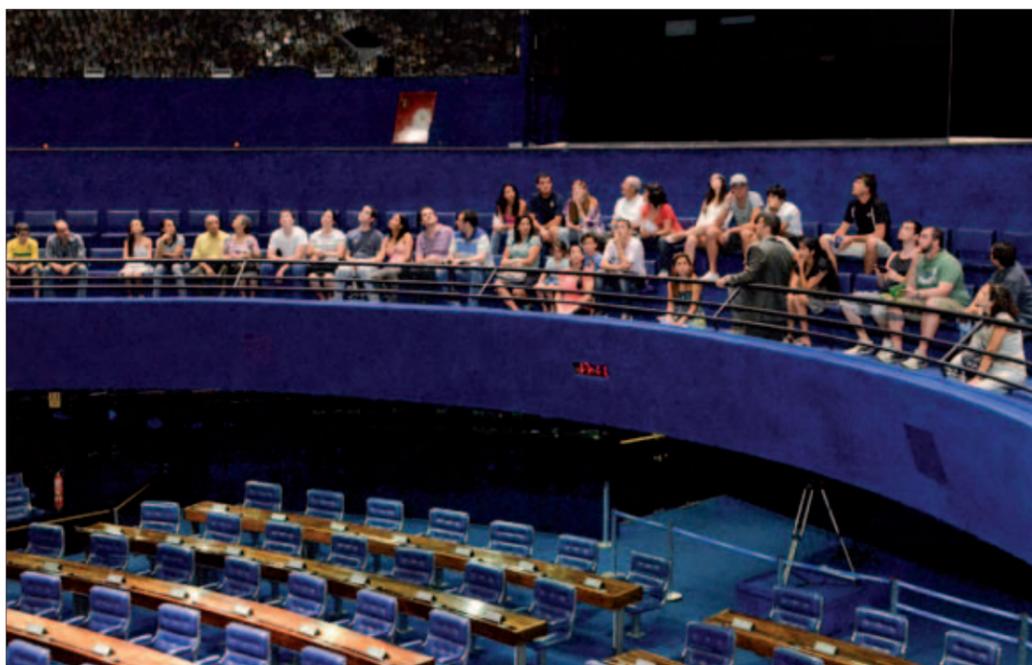
Senador explica que haverá rodízio anual na liderança da bancada

Valadares anuncia Lídice como nova líder do PSB

O líder do PSB, Antonio Carlos Valadares (SE), informou terça-feira ao Plenário ter encaminhado requerimento à Mesa indicando Lídice da Mata (BA) para substituí-lo na liderança da legenda. A decisão tem o aval dos demais integrantes do PSB, Rodrigo Rollemberg (DF) e João Capiberibe (AP).

— Eu venho, há quase três anos, no exercício ininterrupto da liderança. Semana passada, reuni todos os nossos senadores e achei por bem colocar à mesa a decisão de que deveríamos fazer um rodízio, a fim de proporcionar a todos o direito de, a cada ano, dirigir a nossa bancada. Então, o mandato será de um ano — declarou Valadares.

Ele agradeceu aos demais líderes e ao presidente do Senado, José Sarney, pela atenção que lhe deram durante o tempo em que atuou na liderança do PSB. Sarney elogiou a atuação de Valadares.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Cidadãos conhecem o plenário do Senado: visita gratuita será realizada todos os dias, das 9h às 17h

Visitas guiadas também no Carnaval

Durante todo o Carnaval, o Senado estará aberto à visita pública. Neste ano, para atender ao maior número possível de visitantes no feriado, os intervalos entre as visitas serão reduzidos de

meia hora para apenas 20 minutos. Gratuitas, as visitas guiadas são realizadas entre 9h e 17h. A entrada dos visitantes se dá pela rampa que fica voltada para a Esplanada dos Ministérios.

Ana Amélia: Caxias do Sul faz 29ª Festa da Uva



A presidente Dilma Rousseff e o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, estarão hoje na abertura da 29ª edição da Festa Nacional da Uva, em Caxias do Sul (RS), anunciou Ana Amélia (PP-RS).

Segundo a senadora, o evento vai até 4 de março e comemora os 40 anos da primeira transmissão colorida da televisão brasileira, ocorrida na festa, em 31 de março de 1972. Ana Amélia disse que a Festa da Uva é a celebração do progresso e do desenvolvimento conquistados pelos imigrantes italianos, que chegaram à região em meados do século 19 e a transformaram na maior produtora nacional de uva e de vinho.

A parlamentar lamentou o aumento de acidentes fatais no Carnaval do ano passado. Dados da Polícia Rodoviária Federal apontam 213 mortos, segundo ela, um acréscimo de 50% em relação ao Carnaval de 2010.

Magno Malta critica ministros de Dilma

A declaração da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, que se disse favorável à descriminalização do aborto e que o assunto é questão de saúde, gerou protestos de Magno Malta (PR-ES) na terça-feira.

Ontem, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, reuniu-se com a Frente Parlamentar Evangélica, no Congresso, e disse que o Planalto não apoia mudanças na legislação sobre o aborto. Carvalho também tratou de afirmação feita por ele em janeiro, de que o Estado deveria fazer uma disputa ideológica pela “nova classe média, que está sob hegemonia de setores conservadores”, citando as igrejas evangélicas pentecostais entre esses setores. O ministro disse que foi mal interpretado e pediu “perdão pelo sentimento que suas declarações provocaram”.



Moreira Mariz/Senado Federal

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/atividade/agenda/default.asp>

Plenário Pauta travada

14h O Projeto de Lei de Conversão 1/12, proveniente da Medida Provisória 546/11, que concede incentivos às exportações, tranca a pauta.

CRE Estatuto dos Militares

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina projeto que altera o Estatuto dos Militares para incluir a esclerose múltipla como fator de reforma por possível incapacidade definitiva.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Demóstenes Torres abre mão de voto em separado para voltar a discutir suas divergências nas outras três comissões do Senado onde o projeto ainda será examinado

CCJ aprova Estatuto da Juventude após três horas de debate intenso

APÓS TRÊS HORAS de discussão e muita polêmica sobre a emissão da identidade estudantil, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem parecer de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao projeto do Estatuto da Juventude (PLC 98/11). A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Apelo do presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), convenceu Demóstenes Torres (DEM-GO) a desistir dos destaques para votação em separado em quatro pontos: faixa etária de cobertura do estatuto; meia-entrada em espetáculos financiados com recursos privados; desconto em passagens de transporte interestadual; e confecção da carteira de estudante. Demóstenes decidiu voltar a discutir esses temas na CAS e nas comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH), que também vão examinar o PLC 98/11.

Além de emendas próprias, Randolfe decidiu incorporar sugestões de Demóstenes, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Pedro Taques (PDT-MT).

Idade e meia-entrada

Randolfe não abriu mão de manter como beneficiários do estatuto as pessoas de 15 a 29 anos. Segundo justificou, sua posição segue recomendação da Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude. Demóstenes defendia a redução da faixa para 18 a 21 anos.

Em relação à meia-entrada para estudantes em espetáculos culturais, de lazer e esportivos, Randolfe também não reviu sua proposta de limitar o benefício a 50% da capacidade do espaço em eventos financiados pelo Programa

Nacional de Cultura e a 40% da lotação nos bancados com recursos privados. Demóstenes reivindicou a restrição da venda desses ingressos promocionais às apresentações patrocinadas ou subsidiadas exclusivamente pelo poder público, por entender que a classe artística não pode arcar com o ônus financeiro.

Apesar de Demóstenes ter apoiado a decisão de Randolfe de excluir do texto o desconto generalizado de 50% nas passagens de transportes intermunicipais e interestaduais, ele divergiu da decisão do relator de reservar — apenas no transporte coletivo interestadual — duas vagas gratuitas por veículo para jovens com renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Ocupados esses assentos, ainda haveria mais duas vagas por veículo com desconto mínimo de 50% para estudantes nessas mesmas condições.

Exclusividade para carteiras acirra discussão

O debate mais acirrado ocorreu em relação à confecção das carteiras de estudante, quando Demóstenes, Taques e Alvaro questionaram a exclusividade dada à Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), à União Nacional dos Estudantes (UNE), à União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e a entidades estudantis estaduais e municipais a elas filiadas.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) propôs saída para afastar eventual inconstitucionalidade: suprimir o termo “exclusivamente” do dispositivo. De início, a proposta foi acatada pelo relator. A medida não deixou satisfeitos os três senadores que levantaram a crítica. Demóstenes considerou afronta à Constituição listar entidades encarregadas da emissão da carteira estudantil, mesmo admitindo-se que outras também possam fazê-lo.

O consenso foi possível quando Randolfe concordou em ajustar o texto. Acatou parcialmente emenda de Alvaro que também garantia a gratuidade da carteira para estudantes comprovadamente carentes. Essa emenda resgatava ainda o espírito da Medida Provisória 2.208/01, que acabou com a exclusividade de algumas entidades na expedição da identificação estudantil.



Pedro Franco/Senado Federal

Relatório de Randolfe Rodrigues foi muito questionado por Demóstenes Torres, que depois abriu mão do voto em separado

Demóstenes relata as mudanças que sugeriria ao projeto

Após acordo com Randolfe, Demóstenes retirou seu voto em separado, mas não deixou de apresentar resumo das mudanças que gostaria. Randolfe analisou cada uma das sugestões e admitiu que algumas aprimoram o projeto. O senador do DEM apontou no texto aprovado pela Câmara, mantido quase integralmente pelo relator, questões que classificou como “alguns excessos”.

Demóstenes defendeu a redução da faixa etária estabelecida para cobertura pelo estatuto: de 15 a 29 anos para o intervalo dos 18 aos 21 anos. Os jovens entre 15 e 17 anos ficariam de fora por já contarem com a proteção conferida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

— A proteção à juventude conta com meu franco apoio, mas estender essa proteção até os 29 anos equivale a prorrogar a adolescência pela vida adulta, o que prejudica a própria maturidade — avaliou.

Sobre o desconto de 50% para estudantes em eventos culturais, de entretenimento e lazer, Demóstenes sugeriu a restrição da meia-entrada a espetáculos patrocinados, subsidiados ou subvencionados, direta ou indiretamente, pelo poder público. Ele também defendeu a exclusão de critérios do Programa Bolsa Família como parâmetro para classificação dos jovens carentes com direito a meia-entrada.

A exclusividade da emissão de carteiras estudantis pela

UNE, Ubes e entidades a elas filiadas pode evitar fraudes, segundo Randolfe, que defende selo de segurança personalizado no documento, com padrão definido pelas entidades estudantis. Demóstenes rejeitou a proposta em benefício do espírito da Medida Provisória 2.208/01, que extinguiu a exclusividade.

Para evitar inconstitucionalidade, Randolfe já havia decidido suprimir de seu relatório a garantia de meia-passagem a estudantes de 15 a 29 anos nos transportes intermunicipais e interestaduais, independentemente da finalidade da viagem. Demóstenes o fez por outros motivos. Sua preocupação era o impacto sobre a organização e a receita das empresas de

transporte, gerando repasse aos demais passageiros.

A vinculação de pelo menos 30% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura a programas e projetos culturais para jovens foi considerada por Demóstenes como “relativamente vazia”.

Outra recomendação do parlamentar goiano foi retirar a obrigatoriedade de as emissoras de rádio e televisão destinarem espaços ou horários especiais para veiculação de programas voltados à realidade social do jovem, seja com perspectiva informativa, educativa, artística ou cultural. Demóstenes avaliou a medida como inconstitucional por ferir a liberdade de expressão, editorial e de programação.

Aprovação do projeto é conquista histórica, afirma Randolfe

Cercado de bandeiras da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e de outras entidades estudantis, Randolfe Rodrigues classificou como “conquista histórica” a aprovação do Estatuto da Juventude (PLC 98/11) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Fizemos a mediação do possível para consolidar os direitos da juventude. É uma conquista histórica da juventude brasileira — disse o parlamentar, que foi relator da proposta na comissão.

Randolfe afirmou também que a contribuição dos senadores na CCJ melhorou o texto e tornou possível a consolidação de direitos para a juventude como a garantia da meia-entrada em eventos culturais, artísticos e esportivos.

O senador disse esperar que o parecer aprovado pela CCJ não seja modificado durante a tramitação no Senado. O projeto segue agora para exame das comissões de Assuntos Sociais, de Educação, Cultura e Esporte e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

— O texto aqui foi produto de consenso entre todos os atores envolvidos no Estatuto da Juventude — comemorou.

Questionado por jornalistas sobre a indefinição quanto ao direito de estudantes à meia-entrada durante a Copa do Mundo de 2014, um dos impasses para aprovação na Câmara da Lei Geral da Copa, que tramita sob a forma do PL 2.330/11, o senador foi enfático.

— O estudante tem direito à meia-entrada em todos os eventos esportivos como foi aprovado aqui na CCJ. Não me interessa o que pensa a Fifa. O Brasil é soberano e aqui é a Casa legislativa de um país soberano.

Proposta, que determina o uso do farol em estradas e túneis, foi aprovada pela CCJ e, caso não haja recurso, irá para a Câmara; estudos mostram que luzes ligadas durante o dia evitam acidentes

Avança projeto que obriga uso do farol do carro de dia

MOTORISTAS PODERÃO SER obrigados a ligar os faróis baixos quando trafegarem de dia por rodovias e túneis.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa (sem necessidade de aprovação pelo Plenário), a inclusão dessa exigência no Código de Trânsito Brasileiro.

Atualmente, tal medida é apenas recomendada, por uma resolução do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). O projeto de lei (PLS 303/11) foi apresentado pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

“A iluminação é um elemento fundamental para a segurança do trânsito porquanto antecipa a visualização do veículo a uma distância maior. Desse modo, alerta o motorista sobre situações de risco, permitindo-lhe agir preventivamente no sentido de evitar acidentes”, ponderou Eunício na proposta.



Iluminação é fundamental para a segurança, diz Eunício, autor da proposta

Esse argumento convenceu o relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que votou pela aprovação do projeto. Segundo Ferraço, a providência sugerida é “de simples aplicação e baixo custo, mas que pode se revelar eficaz na redução de acidentes”.

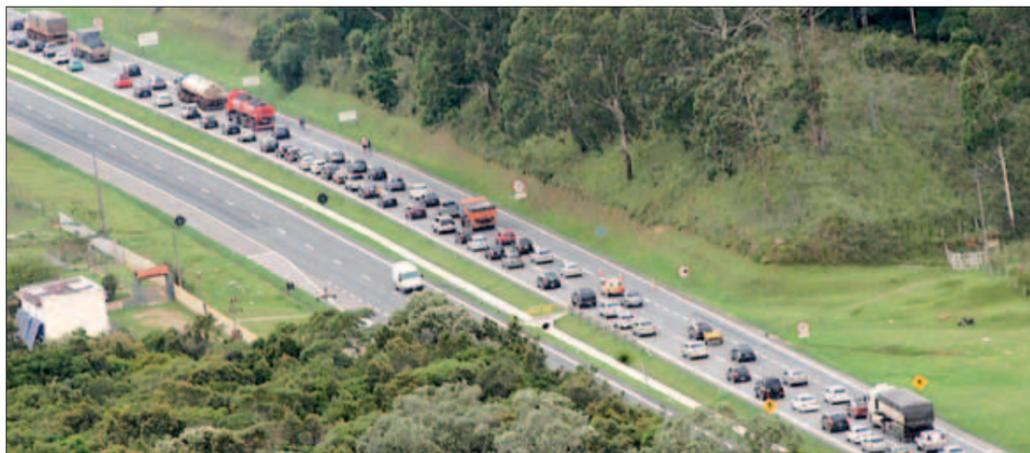
Acidentes

O impacto do uso diurno de faróis baixos na diminuição de desastres automobilísticos

começou a ser observado em países nórdicos na década de 1970. De acordo com Eunício Oliveira, estudo realizado na Holanda constatou que veículos que transitam de dia com o farol aceso têm 15% menos risco de se acidentarem.

No Brasil, essa precaução já é exigida no Rio Grande do Sul.

Se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado, o projeto de lei irá para a Câmara dos Deputados.



Pesquisas realizadas em países europeus comprovam que o uso do farol durante o dia evita acidentes no trânsito

Exame anual para condutor com déficit de atenção

Exame anual de aptidão física e mental para os motoristas portadores de qualquer doença que possa diminuir a atenção ao volante é o que exige projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). Para a maioria dos motoristas, pela legislação atual, o exame tem de ser feito a cada cinco anos.

A próxima etapa de tramitação do projeto (PLC 118/11), que teve como origem proposta do deputado federal Osmar Terra (PMDB-RS), será a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ).

Em seu relatório, o senador Benedito de Lira (PP-AL) lembra que a proposta de Osmar Terra se referia apenas aos portadores de transtorno de déficit de atenção ou hiperatividade (TDAH) que tentam a habilitação como motociclistas.

No entanto, para evitar a discriminação contra motociclistas e portadores de TDAH, o texto foi alterado na Câmara para abranger qualquer veículo e qualquer doença que possa reduzir a atenção necessária à direção.

Benedito de Lira ressalta



Benedito de Lira, relator do projeto que trata do exame para motoristas

que o Brasil é um país com elevados índices de acidentes de trânsito. E argumenta que “transtornos de atenção contribuem significativamente para a ocorrência de acidentes”.

O senador Paulo Davim (PV-RN) criticou o projeto. Disse não estar convencido da viabilidade de se realizar o exame todo ano.

— Será que vamos ter condições de atender a essa nova demanda? E se o exame for feito anualmente, terá condições de ser criterioso? — questionou.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) apoiou o projeto, mas afirmou que as questões levantadas por Paulo Davim poderão ser discutidas durante a tramitação da matéria na CCJ.

Moka sugeriu a realização de uma audiência pública com as autoridades que implementariam esse exame anual.

Jorge Viana pede que ferrovias sejam prioridade no Brasil

O senador Jorge Viana (PT-AC) pediu que o governo federal invista mais no transporte ferroviário. Segundo o senador, o Brasil precisa tornar prioridade a construção da Ferrovia Transcontinental.

Conhecida como EF 354, essa ferrovia sairá do litoral norte do Rio de Janeiro e se estenderá por 4,4 mil quilômetros até o Acre, na fronteira com o Peru.

— Um dos compromissos maiores deste país tem de ser, sim, retomar um



Viana defende a construção da Transcontinental, entre o RJ e o AC

compromisso secular com o transporte ferroviário. Um país continental como o nosso, um país que tem este território e que tem uma Amazônia, não pode ter sua matriz centrada no transporte rodoviário — afirmou o parlamentar.

Para Davim, aumento de motos é problema de saúde pública

O senador Paulo Davim (PV-RN) afirmou que o grande aumento da frota de motos no Brasil nos últimos anos transformou-se em uma questão de saúde pública.

— A sociedade precisa enfrentar o desafio de inserir a motocicleta no trânsito de uma maneira mais segura, com muito trabalho de educação e conscientização — disse.

De acordo com o parlamentar, a frota de motos no país



Davim afirma que é preciso educar população sobre motos no trânsito

era de 1,5 milhão em 1991. Hoje, passa dos 14 milhões. Esse incremento, disse, piorou o trânsito das cidades, aumentou a poluição e fez o número de acidentes com mortos e feridos disparar.

Viajar de avião para o Acre é “maratona”, afirma Anibal Diniz

O alto preço das passagens entre Brasília e Rio Branco foi tema do pronunciamento de Anibal Diniz (PT-AC). Segundo o senador, desde que a Gol parou de operar o trecho, os preços da TAM aumentaram.

Uma passagem de ida e volta no trecho Brasília-Rio Branco, de acordo com Diniz, chega a custar mais de R\$ 6 mil.

— Não há nenhum trecho no Brasil com esse preço.

O senador relata que a empresa faz escala em Manaus ou Belém, o que cria viagens de



Diniz diz que uma passagem de ida e volta chega a custar R\$ 6 mil

até de oito horas. Para ele, se o trecho é inviável para a Gol, a empresa deveria renunciar a ele, já que há outros grupos interessados.

— O que não pode é impor às pessoas que precisam se dirigir ao Acre essa maratona.

Raupp defende mais investimentos em portos

Valdir Raupp (PMDB-RO) falou da importância dos investimentos em infraestrutura para que o Brasil continue seu processo de desenvolvimento.

Ele destacou a urgência de investimentos na navegação entre os portos do país.

— O transporte de cabotagem auxilia o desenvolvimento do país e emprega milhares de brasileiros — disse.

Na opinião do senador, a expansão do transporte de cabotagem e o investimento nos portos são atrapalhados



Valdir Raupp pede mais investimento na navegação de cabotagem

pela burocracia e pelos custos. A maior preocupação de Raupp diz respeito às expectativas de crescimento da economia brasileira nos próximos anos. Sem investimento em infraestrutura, pode haver prejuízos, ressaltou ele.

Nome de Bernardo Figueiredo para novo mandato passou na Comissão de Infraestrutura. Roberto Requião, que se absteve de votar, acusa o indicado de favorecer empresas



Figueiredo é sabatinado por mais de três horas na CI, presidida por Lúcia Vânia: "Me orgulho de meu currículo"



Roberto Requião (3º à esq.) renova denúncias contra o diretor-geral da ANTT, que terá o nome avaliado pelo Plenário

Recondução de diretor-geral da ANTT é aprovada em comissão

A COMISSÃO DE Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem, com 16 votos favoráveis e 1 abstenção, a recondução de Bernardo Figueiredo ao cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A decisão foi tomada depois de sabatina que durou três horas e meia. A indicação do economista para mais dois anos na direção do órgão, onde está desde 2008, será examinada agora pelo Plenário.

Opositor declarado da indicação, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) renovou denúncias contra Figueiredo e deixou a reunião sem votar. A maioria dos senadores elogiou a atuação de Figueiredo na ANTT, mas quase sempre com cobranças de maior rigor sobre os concessionários de serviços, especialmente quanto aos compromissos de investimentos.

Requião, que vem criticando a recondução de Figueiredo desde o fim do ano passado, reiterou a existência de denúncias que desqualificariam o

indicado ao cargo. O senador voltou a mencionar supostas ações de Figueiredo para favorecer concessionárias do setor ferroviário. Chegou a citar a outorga de novas concessões de linhas à ALL Logística, maior operadora do setor, logo após o indicado assumir o primeiro mandato à frente da ANTT.

Figueiredo negou que tenha sido o responsável pelas outorgas, salientando que as linhas foram adquiridas pela ALL antes de sua nomeação. Também negou que tenha atuado na modelagem da privatização do setor ferroviário no governo FHC e, em seguida, já no setor privado, na estruturação dessa empresa, da qual integrou o Conselho de Administração.

— Me orgulho do meu currículo — afirmou Figueiredo.

Antes da ANTT, ele passou pela Casa Civil da Presidência, como assessor especial, e pela diretoria da estatal Valec. Começou a vida profissional no setor público. Também foi sócio e participou da direção de empresas ferroviárias.

Senadores apresentam demandas

Na sabatina de ontem na CI, vários parlamentares que apoiaram a indicação de Bernardo Figueiredo para novo mandato como diretor-geral da ANTT apresentaram demandas relacionadas a rodovias e ferrovias em seus estados.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) perguntou se a ferrovia que liga Brasília a Luziânia (GO), atualmente utilizada para transporte de cargas, também poderia servir para transportar pessoas. Segundo Rollemberg, há um fluxo diário de 300 mil pessoas entre o DF e Luziânia. Figueiredo respondeu que o projeto é viável e que sua implementação deve começar no próximo ano.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apontou a situação precária em que estaria boa parte da BR-319, na região Norte. Ela disse que "hoje é mais fácil para o amazonense chegar à Venezuela do que a outros estados". O indicado se comprometeu a levantar as informações sobre a rodovia.

Privatizações

Blairo Maggi (PR-MT) disse que há ferrovias privatizadas que, por falta de carga, não são capazes de se manter

sozinhas. O senador argumentou que, "se existe a decisão política de manter tais ferrovias, isso deve ser feito com recursos públicos". Ele defendeu a concessão de rodovias visando à modernização.

— Certamente há rodovias nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste que entrariam nesse grupo. Há rodovias em Mato Grosso, por exemplo, que são o caos — declarou.

Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou que "há um estrangulamento do crescimento econômico do país" por conta dos transportes. Ele questionou as diferenças

entre as privatizações no setor feitas na década de 1990 e as mais recentes. O senador também afirmou que é preciso modernizar a ferrovia que liga os municípios de Maracaju (MS) e de Paranaguá (PR).

O líder do PT no Senado, Walter Pinheiro (BA), apesar de defender a indicação de Bernardo Figueiredo, avaliou que a ANTT poderia ter dado "contribuição maior para a reestruturação da malha ferroviária". Ao comentar o papel da agência, disse que a ANTT "não pode ser capturada pelo setor privado nem ficar submissa ao Ministério dos Transportes".

Walter Pinheiro avalia que a ANTT poderia ter contribuído mais para melhorar a malha ferroviária

Reforma das concessões de linha

Ao prestar contas do seu primeiro mandato como diretor-geral da ANTT, Bernardo Figueiredo comentou a reforma das concessões das linhas de transportes rodoviário interestadual e internacional de passageiros. Disse que assumiu o posto faltando pouco tempo para o vencimento das atuais concessões, mas acabou obtendo junto ao Ministério Público prazo para estudos e nova modelagem do sistema.

— As 20 mil linhas formam agora uma rede racional e equilibrada que será finalmente licitada em abril — adiantou.

Outro desafio, segundo Figueiredo, foi buscar solução para o quadro crítico em que se encontrava o sistema de ferrovias, com tarifas altas e serviços deficientes no transporte de cargas. O diretor disse que agora o sistema conta com modelo "transparente e aberto a quem quiser participar". Um dos avanços foi, segundo ele, concluir a implantação do direito de passagem para permitir maior competitividade entre as concessionárias. Ele observou que qualquer dessas empresas poderá prestar serviços a seus usuários utilizando a malha das concorrentes.

Figueiredo também disse concordar 100% com o diagnóstico sobre as más

condições e a falta de controle sobre os ativos da União em linhas férreas e equipamentos (concedidos ou não). Mas salientou que o órgão está encaminhando as soluções, com medidas que incluem uma base georreferenciada para a catalogação de todo o patrimônio, um projeto realizado com o apoio do

Exército.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) cobrou explicações sobre o descumprimento de investimentos em rodovias e ferrovias concedidas. Com relação às concessões de rodovias, Figueiredo avaliou que a ANTT ainda precisa mobilizar mais esforços

para elevar a qualidade de serviços prestados aos usuários. Segundo ele, mesmo nas rodovias em que os investimentos previstos foram feitos, sem registro de qualquer irregularidade nos contratos, os serviços estão "abaixo do regular".

Ferraço ainda questionou a validade do trem de alta velocidade entre São Paulo e Rio de Janeiro, o trem-bala, que será objeto de novos editais de concessão este ano e "só vai funcionar se receber pesados subsídios públicos, inclusive na fase de operação". Para o senador, há investimentos mais urgentes, como os metrô nos grandes centros.

Figueiredo diz que conseguiu, junto ao MP, prazo para estudar, equilibrar e racionalizar o sistema rodoviário

Claudino questiona número do governo do Piauí sobre escolas



João Vicente Claudino (PTB-PI) se disse entusiasmado com a informação do governo do Piauí de que

o número de escolas estaduais em tempo integral saltou de 19 para 181 em 2011 e chegará a 330 em 2012. Ele afirmou, porém, que o Ministério da Educação, oferece dados diferentes.

Segundo o senador, se os números do estado fossem verdadeiros, o Piauí estaria “anos luz à frente” de estados como Santa Catarina, Paraná e São Paulo. No entanto, o estado aparece em último lugar.

Claudino acrescentou que as escolas que viu têm infraestrutura precaríssima, sem bibliotecas e sem investimentos em recursos humanos.

Frente parlamentar se reúne com ministro da Agricultura



Sérgio Souza (PMDB-PR), novo coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária, disse que integrantes

do grupo encontraram-se ontem com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro.

Além de discutir o projeto do novo Código Florestal, os parlamentares apresentaram uma agenda com quatro temas: inclusão do produtor rural pessoa física na Lei de Recuperação Judicial; regulamentação da lei que dispõe sobre a criação de fundo de mitigação de riscos para investimentos de produtores rurais e cooperativas; regulamentação do fundo de catástrofes do seguro rural; e política de sustentação dos preços do trigo e do milho, com zoneamento da cana-de-açúcar.

Proposta de emenda à Constituição passa em comissão e já está pronta para votação pelo Plenário, em dois turnos. Relator alega que desarticulação atual do setor agrava consequências dos desastres

Defesa Civil nacional pode entrar na Constituição

O SISTEMA NACIONAL de Defesa Civil (Sindec), que já é disciplinado por lei federal (Lei 12.340/10), pode ser incorporado ao texto da Constituição. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 10/11, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e está pronta para ser votada em dois turnos pelo Plenário.

O relator, Luiz Henrique (PMDB-SC), disse que a inclusão do Sindec na Constituição “dará perenidade às ações de defesa civil”, o que considerou importante em um momento marcado por desastres causadores de grandes danos à população.

No relatório, Luiz Henrique citou dados da Organização das Nações Unidas (ONU) segundo os quais o Brasil foi atingido por 60 catástrofes naturais entre 2000 e 2010, com cerca de 1.200 mortes e prejuízos econômicos, físicos e psicológicos a 7,5 milhões de pessoas. Conforme afirmou o senador, a desarticulação da defesa civil no Brasil na última década agrava as consequências dos eventos.

Contrários

Vários senadores da CCJ, no entanto, manifestaram-se contrários à proposta. José Pimentel (PT-CE), que havia pedido vista da matéria na reunião anterior da comissão, afirmou que a PEC recupera o tema. Ele entende que as regras gerais sobre defesa civil já constam da Constituição.

Demóstenes Torres (DEM-GO) apoiou Pimentel. Afirmou que o Sindec já está na legislação brasileira e não precisa entrar na Constituição, que “já é uma balbúrdia”, em sua opinião. Mesmo assim a proposta do senador Inácio Arruda foi aprovada por 6 votos favoráveis e 5 contrários.



Valdir Raupp e Alvaro Dias acompanham Luiz Henrique durante votação na CCJ

Casildo pede ações de prevenção contra catástrofes climáticas

Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem soluções definitivas para evitar os prejuízos humanos e materiais resultantes das catástrofes naturais que têm atingido o Brasil. Ele deu como exemplo o sofrimento do oeste catarinense, que desde novembro enfrenta forte estiagem, assim como Paraná e o Rio Grande do Sul. Já o Sudeste sofre com fortes chuvas e enchentes.

Casildo destacou que a estiagem apresenta “gravidade alarmante” e que o prejuízo



O senador cita problemas causados pela estiagem em Santa Catarina

estimado já é de R\$ 500 milhões. Na lavoura de milho, a queda na produção já alcança a casa dos 60%. Os 6,5 milhões de litros de leite produzidos apenas pela região do Alto Uruguai, informou Casildo, foram reduzidos a 4,5 milhões, atingindo de forma mais dura a agricultura familiar.

O senador apresentou possíveis soluções: criação de barragens para contenção de água e de sistemas de irrigação, aproveitando o potencial de rios como Uruguai e Chapecó; implantação de mecanismos para captação de água da chuva; e políticas consistentes de reflorestamento.

— Temos assistido inertes à repetição das catástrofes climáticas para só depois correr atrás do prejuízo — lamentou.

Casildo lembrou que no ano passado a Comissão Temporária de Defesa Civil apresentou projeto de lei criando um marco legal para a ação da Defesa Civil (PLS 745/11). Ele defendeu que a proposta seja analisada com celeridade no Senado.

Benedito de Lira cobra política de incentivo ao etanol

Benedito de Lira (PP-AL) disse que o governo precisa estabelecer políticas públicas para incentivar a indústria sucroalcooleira e transformar o país no maior produtor mundial de açúcar e etanol. Ele ressaltou que o Brasil combina uma ampla frota de carros flex com distribuição de etanol em larga escala.

O senador citou o Programa Prorenova, do BNDES, com R\$ 4 bilhões para financiar a renovação de 1 milhão de hectares de lavoura. Benedito lembrou que Alagoas é o maior produtor de cana do Nordeste, com 24 indústrias e 270 mil empregos.

— É um negócio genuinamente brasileiro. Cabe aos homens públicos oferecer as condições para que a atividade se desenvolva e atinja padrões de excelência laboral e ambiental.

Randolfe: dívida da empresa de energia não é da população

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que a população amapaense não pode ser penalizada pela dívida bilionária da Companhia Energética do Amapá (CEA), que está insolvente por causa de uma dívida de R\$ 1,6 bilhão.

Randolfe responsabiliza o Ministério de Minas e Energia por não buscar soluções para sanar a CEA, deixando a dívida chegar a valor tão alto.

— Essa questão não pode ser tratada como jurídica. É em especial política. O ministério não pode penalizar o estado do Amapá por uma dívida em relação à qual o próprio ministério não tomou providência nos últimos anos.

Para Randolfe, é preciso encontrar um meio-termo entre o pagamento e a decretação da caducidade da dívida, o que livraria o estado dessa obrigação.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para Simon, Brasil viverá nova fase com Lei da Ficha Limpa

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que a provável aprovação da validade da Lei da Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) levará o país a uma nova fase.

— É um momento emocionante para mim. Essa caminhada valeu. A Justiça brasileira não vai ser mais a mesma. Uma digna decisão do Supremo que merece o

respeito do Brasil — afirmou.

A sessão do STF foi suspensa e será retomada hoje. O placar está 4 a 1 em favor da Ficha Limpa. Ainda faltam seis votos.

— Com a decisão de dias atrás respaldando o Conselho Nacional de Justiça e a de hoje [ontem] respaldando uma lei que veio da sociedade, estamos vivendo uma nova fase no Brasil — avaliou.

Ele citou como exemplo a ministra Rosa Weber, para quem a lei foi gerada no ventre moralizador da sociedade brasileira, que está exigindo um basta dos três Poderes.

— Não sei de uma frase que tenha mais conteúdo, mais profundidade, mais significado que essa da ministra.



Simon cita a ministra Rosa Weber, para quem sociedade exige um basta

Rolleberg quer decisão favorável do Supremo

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) revelou ontem sua expectativa pela decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da constitucionalidade da Lei da Ficha Limpa. O julgamento do Supremo sobre o tema foi retomado ontem e continua hoje.

Segundo Rolleberg, o movimento popular que originou a Lei da Ficha Limpa foi uma das maiores manifestações de cidadania do país. Ele lembrou que a proposta



Senador destaca movimento popular que originou a lei

foi originada em projeto de iniciativa popular apresentado na Câmara.

— A definição da Lei da Ficha Limpa pelo STF vai melhorar a qualidade da nossa representação política. Vai tornar mais cuidadosos nossos gestores públicos.



Capiberibe vê descumprimento das leis, foro privilegiado e falta de prazo

João Capiberibe faz críticas à Justiça Eleitoral no país

O descumprimento das leis, o foro privilegiado e os prazos da Justiça Eleitoral foram os temas de conversa de João Capiberibe (PSB-AP) com o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Ricardo Lewandowski, relatada pelo senador.

O parlamentar afirmou que a cultura popular estabeleceu que no Brasil uma lei “pega ou não pega”. Capiberibe disse que com foro privilegiado o STF se torna a última instância, e que a lei eleitoral “tem prazo para tudo, menos para julgar o processo”.



Bauer: mudanças nas eleições estão relacionadas às demais reformas

Paulo Bauer pede prioridade para reforma política

A reforma política é questão prioritária para o país, segundo Paulo Bauer (PSDB-SC). O senador pediu apoio ao governo federal para estabelecer novas regras para as eleições.

— Antes mesmo das reformas tributária, administrativa, do Estado, seria necessário discutirmos a reforma política. Afinal de contas, a reforma política tem uma relação muito estreita com o processo federativo, com a construção e com a segurança institucional do país — afirmou.



Proposta aprovada na CAS, presidida por Jayme Campos (D), vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Empresa pode ficar livre de novo registro de ponto

Projeto que susta portaria do Ministério do Trabalho e Emprego sobre obrigatoriedade de novo sistema eletrônico para registro de ponto foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que impede a obrigatoriedade do uso do registrador eletrônico de ponto (REP) e do sistema de registro eletrônico de ponto (SREP) nas empresas brasileiras.

O Projeto de Decreto Legislativo do Senado (PDS) 593/10 susta a Portaria 1.510/09 do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina o uso dos sistemas eletrônicos de ponto. De autoria da então senadora Níura Demarchi, a proposta segue agora para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A portaria do Ministério do Trabalho determina, entre outras medidas, que o sistema de registro eletrônico deverá



Segundo Armando Monteiro, relator na CAS, portaria prejudica empresas

imprimir comprovante da marcação do ponto do trabalhador. O mercado tem prazo de 12 meses para se adequar às novas regras.

Em seu voto pelo fim da portaria, o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), argumenta que as exigências vão

gerar impactos negativos às empresas, aos trabalhadores e a suas relações de modo geral.

O parlamentar explicou que as empresas serão obrigadas a adquirir novo equipamento, o que representa gasto desnecessário e o sucateamento dos equipamentos hoje utilizados para registro de ponto. De acordo com Armando, os custos são estimados em R\$ 6 bilhões — o que o relator considera impróprio, “no momento em que o país demanda medidas que fortaleçam a competitividade”.

O senador pondera ainda que o tempo necessário para impressão do comprovante irá provocar grandes filas na entrada e saída das fábricas e empresas.

Vanessa destaca conquistas de lei sobre donas de casa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou ontem os resultados da Lei 12.470/11, que equipara donas de casa a empreendedores individuais para fins de Previdência Social, garantindo direitos como aposentadoria, auxílio-doença e auxílio-maternidade.

A senadora citou que o volume de inscritas aumentou mais de 1.000% após quatro meses da publicação da lei.

Com a inscrição, o valor da contribuição previdenciária se reduz de 11% para 5% do salário mínimo, lembrou Vanessa.

Ela informou que os estados com maior número de donas de casa seguradas foram São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. O Amazonas recebeu em apenas dois meses mais de 200 adesões.

— A lei é um passo importante para a valorização e o



Senadora enfatiza aumento de 1.000% entre inscritas na Previdência

reconhecimento do trabalho da dona de casa. Pequenas mudanças podem trazer grandes resultados — disse a senadora.

Anibal parabeniza PT pelos 32 anos e pelo crescimento do país

Anibal Diniz (PT-AC) homenageou ontem o Partido dos Trabalhadores pelos seus 32 anos, comemorados na semana passada. Ele disse que o partido conseguiu promover no Brasil um desenvolvimento sustentável, com distribuição de renda e geração de emprego, fortalecendo o país internamente e também nas relações internacionais.

O senador relembrou os primeiros anos de vida da legenda, quando se lutava pela instalação da democracia no país. Anibal disse que hoje, com o PT no governo, dados econômicos e sociais comprovam que o Brasil mudou radicalmente, com transferência de renda para os mais pobres e recuperação do nível de emprego formal e do poder de compra.

Armando sugere medidas para melhorar saúde pública

Armando Monteiro (PTB-PE) destacou ontem, em plenário, medidas que poderiam melhorar a saúde pública. Ele tomou como base o livro *Brasil: a nova agenda social*, organizado por Edmar Bacha e Simon Schwartzman.

No livro, estudo do economista André Medici mostra que, apesar de os ricos usarem menos o SUS, têm mais acesso aos tratamentos públicos de alto custo.

Entre as medidas sugeridas por Medici para o SUS, o senador destacou a prioridade do acesso aos mais pobres, o aperfeiçoamento da governança do sistema, a melhoria na articulação com os planos privados e a ampliação do financiamento setorial.

Alvaro diz que Orçamento não passa de “peça de ficção”; Cristovam afirma que, antes de fazer corte, presidente deveria ouvir Congresso

Senadores criticam governo por corte de R\$ 55 bi no Orçamento

OLÍDER DO PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), criticou os cortes no Orçamento da União de 2012 anunciados ontem pelo governo federal. Os R\$ 55 bilhões que serão cortados, disse o senador, vão atingir áreas essenciais para a população, como saúde e educação.

— O Orçamento é realmente uma peça de ficção e está se transformando numa brincadeira de fim de ano. Revela ausência de planejamento. O governo poderia extinguir o Ministério do Planejamento. O que há é anarquia orçamentária — criticou.

Desse montante retirado do Orçamento, disse Alvaro Dias, a área de saúde perdeu R\$ 5 bilhões.

— Uma pesquisa diz que 67% dos brasileiros condenam o serviço de saúde pública que é oferecido pelo governo. É um caos a saúde no Brasil, mas o governo corta mais de R\$ 5 bilhões — declarou.

Na opinião de Alvaro, o governo deveria economizar em outras áreas, como as despesas



Alvaro Dias diz que cortes revelam falta de planejamento do governo



Para Cristovam Buarque, é preciso indicar programas afetados por corte

correntes, as de custeio e as de manutenção da máquina pública.

Na mesma linha, Cristovam Buarque (PDT-DF) reclamou que o governo federal desrespeita o Congresso Nacional ao promover cortes orçamentários de bilhões de reais sem consultar ou debater o fato com os parlamentares.

— O caminho para fazer corte de gastos tem que ser em primeiro lugar a presidenta [Dilma Rousseff] reconhecer as dificuldades pelas quais o país atravessa. Em segundo lugar, deveria discutir as dificuldades aqui. Não precisaria vir pessoalmente, mas que mandasse seus ministros para pedir ajuda ao Congresso

Flexa explica novo nome da Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou terça-feira a aprovação do projeto de lei que muda o nome da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, para Usina Hidrelétrica Senador Gabriel Hermes Filho.

Segundo Flexa Ribeiro, que é autor do projeto (PLS 153/10), Gabriel Hermes teve atuação destacada na defesa da construção da barragem e de suas eclusas. Os primeiros estudos da hidrelétrica foram feitos na década de 1950.

Ele comemorou a construção das eclusas da usina, inauguradas em 2010, mas também cobrou agilidade na conclusão de outras obras importantes para o estado, como o desvio da Rodovia Transamazônica e o Porto de Marabá.



Gabriel Hermes foi grande defensor da barragem, lembra Flexa Ribeiro



Petecão afirma que a tarifa de energia subiu 22,5% em novembro

Petecão diz que tarifas de energia travam crescimento do Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) relatou as queixas de empresários acrianos sobre as altas tarifas de energia cobradas no estado. O senador disse ter recebido um ofício da Federação das Indústrias do Estado do Acre (Fieac) sobre o tema. Para Petecão, o preço das tarifas prejudica o desenvolvimento do estado.

— É fundamental reforçar que o elevado custo de energia retarda a dinamização de nossas potencialidades e dificulta o tão almejado crescimento sustentável — afirmou.

De acordo com o senador, o aumento da energia em novembro provocou a indignação dos empresários acrianos. Em vez do reajuste esperado de 14%, as tarifas cresceram 22,5%.

Luiz Henrique defende seletividade tarifária das importações

Para barrar a entrada de produtos que prejudiquem a indústria nacional, Luiz Henrique (PMDB-SC) defendeu a adoção de política tarifária seletiva.

— Não podemos apresentar uma medida linear em relação às importações. Bens de capital, insumos, tecnologias que não produzimos são bem-vindos. O que temos de fazer? Não é simplesmente nivelar alíquotas, mas impor restrições à importação de têxteis, de confecções, de calçados, de móveis e de polímeros — sugeriu o senador, contrapondo-se a projeto (PRS 72/10) do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que estabelece alíquota zero de ICMS nas operações interestaduais com produtos importados.



Luiz Henrique discorda de projeto apresentado pelo líder do governo

Eunício comemora investimentos industriais no Ceará

Eunício Oliveira (PMDB-CE) destacou o avanço do Ceará como polo de atração de investimentos industriais, que em 2011 geraram 9.629 postos de trabalho diretos no estado. O senador atribuiu os bons resultados ao sucesso do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e ao ambiente favorável construído pelo governo cearense.

— A economia do meu estado vive um forte e sustentado ciclo de desenvolvimento. Possivelmente o mais vigoroso de toda a nossa história — disse.

Segundo Eunício, o Ceará começou o ano com mais de vinte empresas nacionais e internacionais negociando com o estado investimentos que chegarão a R\$ 13 bilhões nos próximos anos.

O senador comemorou a diversificação das novas unidades industriais do Ceará, que incluem setores como produção de energia termelétrica e eólica, embalagens, vestuário e tecnologia da informação.

Outro aspecto destacado por Eunício foi a distribuição dos novos investimentos por diversos municípios. Em sua avaliação, o investimento produtivo aprimorou a distribuição de renda e os indicadores de bem-estar social.

Collor quer que Patriota explique nova política externa

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examinará hoje requerimento de convite ao ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, para que ele exponha, numa audiência pública, as novas diretrizes da política externa brasileira e os preparativos para a realização da conferência Rio+20, sobre desenvolvimento sustentável.

O requerimento para a realização da audiência foi apresentado pelo presidente da comissão, Fernando Collor (PTB-AL).

Outro requerimento a ser votado hoje pela comissão, de Cristovam Buarque (PDT-DF), trata da realização de uma audiência pública a respeito da mesma conferência internacional, com a presença do secretário-geral da Rio+20, o diplomata chinês Sha Zukang.



Para Suplicy, é possível evitar conflito nuclear entre Irã e Israel

Suplicy pede a Dilma que fale com Obama da paz no Oriente Médio

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a visita oficial da presidente Dilma Rousseff ao presidente norte-americano, Barack Obama, prevista para 9 de abril, trate da paz no Oriente Médio. Para ele, é possível evitar conflito nuclear entre Irã e Israel.

Isso porque, conforme lembrou Suplicy, Obama anunciou estar disposto a ouvir Dilma a respeito do tema. A intervenção dos EUA depende do aval da ONU e deverá ser adiada para depois das eleições naquele país.

— A instabilidade no Oriente Médio tem efeitos negativos na economia e na política mundial. Por isso, é do interesse do Brasil contribuir para que aquela região se pacifique.

Suplicy também disse que a visita de Dilma Rousseff à Casa Branca poderá contribuir para pôr fim ao longo embargo norte-americano a Cuba.